# AGENDA LEGISLATIVA

## 1º A 5 DE SETEMBRO DE 2025

## CONGRESSO NACIONAL

### Terça-feira (02/09)

**CMO - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO /** Anexo II, Plenário 02, 14h30

**Reunião Deliberativa - Tema**: Discussão e votação de propostas legislativas - PLDO para 2026

### Quarta-feira (03/09)

**CMMPV 1303/2025 - COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA N° 1303, DE 2025 /** Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, 14h30

**Reunião - Tema**: Debater a Medida Provisória n° 1303, de 2025

### Segunda-feira (01/08)

**PL 2614/2024 - COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI N. 2614, DE 2024, DO PODER EXECUTIVO, QUE "APROVA O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA O DECÊNIO 2024-2034"**

**Seminário - Tema**: Seminário Estadual do Plano Nacional de Educação no Maranhão
Convidados:

- Deputado Federal Duarte Jr, coordenador estadual do Seminário;
- José Antonio Heluy, subsecretário de Estado de Educação do Maranhão;
- Dennison Rodrigo Oliveria Sodré, advogado e vice-presidente do Sindicato dos Funcionários e Servidores Públicos Municipais da Administração Direta e Indireta, Fundações Públicas e Empresas de Economia Mista (SINFUSP-SL2);
- Mirla Oliveira, diretora adjunta Pedagógica do Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA3);
- Sheila Bordalo, professora, Diretora do Sindicato dos Profissionais do Magistério do Ensino Público Municipal de São Luis (SINDEDUCAÇÃO);
- Soraia Raquel, representante do Fórum Estadual de Educação e do Comitê da Campanha Nacional pelo Direito à Educação; e
- Jorge Aídson Mendes Rabelo, secretário de Educação de Porto Rico do Maranhão, representando a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME).

## Terça-feira (02/09)

**PL 2338/2023 - COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO QUE "DISPÕE SOBRE O DESENVOLVIMENTO, O FOMENTO E O USO ÉTICO E RESPONSÁVEL DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL COM BASE NA CENTRALIDADE DA PESSOA HUMANA" /** A Definir, 13h30

**Audiência Pública e Deliberação** - **Tema**: IA generativa e direitos autorais
Convidados:

- André Macedo Santana, Secretário de Inteligência Artificial, Economia Digital, Ciência, Tecnologia e Inovação do Piauí;
- Paulo Rosa, presidente da Pró-Música Brasil;
- Margareth Kang, gerente de Políticas Públicas da Meta;
- Dante Cid, presidente do SNEL, representando Abrelivros, a CBL e o SNEL;
- Juliano Maranhão, professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP);
- Dalton Morato, diretor jurídico, administrativo, e de relações institucionais na Associação Brasileira de Direitos Reprográficos (ABDR);
- André Fernandes, diretor do Instituto de Pesquisa em Direito e Tecnologia do Recife (IP.rec); e
- Adriana Rollo, especialista em Inteligência Artificial e Direitos Autorais.

**CASP - COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO /** Anexo II, Plenário 08, 14h00

**PL 10970/2018** - Inclui programas de informática de código aberto na lista de preferência nas aquisições de bens e serviços de informática e automação. Item nº 3.
Explicação: estabelece que nas aquisições de bens e serviços de informática e automação, as entidades da administração pública darão preferência as de código aberto.
Autor: Jhc (PSB/AL)
Relator: Duda Ramos (MDB/RR)
Parecer: Pela aprovação na forma do Substitutivo aprovado na Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação.

**PL 2556/2021** - Cria mecanismos para impedir que pessoas que estejam sob medidas cautelares ou condenadas por crimes de violência doméstica, contra crianças e adolescentes e contra idosos não possam tomar posse em cargos públicos, nem contratar com a Administração Pública Direta e Indireta. Item nº 4.
Autor: Gonzaga Patriota (PSB/PE)
Relator: Delegada Ione (AVANTE/MG)
Parecer: Pela aprovação deste, dos PLs 3210/2021, 165/2023, 718/2023, 866/2023, 874/2023, 986/2023, 2564/2023, 2641/2023, 2948/2023, 3326/2023, 549/2024, e 140/2025, apensados, na forma do Substitutivo.

**PL 1032/2023** - Altera a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação -, para dispor sobre a mitigação do sigilo de dados produzidos por órgãos e entidades do Poder Público. Item nº 7.
Explicação: prevê que a restrição de acesso às informações sigilosas produzidas pelos órgãos e entidades do Estado não poderá ser invocada com o intuito de prejudicar processo de apuração de irregularidades, nos âmbitos administrativo, penal, civil e político, bem como em ações voltadas para a recuperação de fatos históricos de maior relevância.
Autor: Evair Vieira de Melo (PP/ES)
Relator: Alexandre Lindenmeyer (PT/RS)
Parecer: Pela rejeição.

**CICS - COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS /** Anexo II, Plenário 05, 14h30

**PL 4409/2024** - Dispõe sobre o prazo de pagamento para as microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações que efetuam com a Administração Pública, e dá outras providências. Item nº 5.
Autor: Helder Salomão (PT/ES)
Relator: Alexandre Lindenmeyer (PT/RS)
Parecer: Pendente

**CPD - COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA /** Anexo II, Plenário 13, 14h30

**PL 2861/2022** - Altera as Leis nº 9.394, de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e da nº 13.146, de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência) e institui a Política Nacional de Acessibilidade Educacional e dá outras providências. Item nº 2.
Autor: Gilberto Nascimento (PSD/SP)
Relator: Soraya Santos (PL/RJ)
Parecer: Pela aprovação deste, dos PLs 953/2022 e do PL 6182/2023, apensados, com substitutivo.

**CCJC - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA /** Anexo II, Plenário 01, 14h30

**PL 2598/2022** - Institui o Dia 10 de outubro como Dia Nacional de combate a Ludopatia. Item nº 17.
Explicação: ludopatia é uma condição médica caracterizada pela compulsão de uma pessoa por jogos de azar.
Autor: Paulo Folletto (PSB/ES)
Relator: Diego Garcia (REPUBLICANOS/PR)
Parecer: Pela aprovação da Redação Final.

**PEC 42/2024** - Acrescenta o inciso VI ao art. 51 da Constituição Federal, para estabelecer competência privativa à Câmara dos Deputados relativa à fiscalização das atividades das agências reguladoras. Item nº 50.
Explicação: Prevê ampliação dos poderes da Câmara dos Deputados para acompanhar e fiscalizar as atividades e atos normativos das agências reguladoras por meio de suas comissões. Além disso, permite que a Câmara fixe prazos para que essas agências adotem providências necessárias ao cumprimento da lei. Caso sejam identificadas condutas ilícitas dolosas, por ação ou omissão, essas deverão ser encaminhadas ao Ministério Público (MPU), à Advocacia-Geral da União (AGU) e ao Tribunal de Contas da União (TVU), para que promovam a responsabilização administrativa, civil ou criminal dos infratores.
Autor: Danilo Forte (UNIÃO/CE)
Relator: Dr. Victor Linhalis (PODE/ES)
Parecer: Pela admissibilidade.

**SUBJORNA - SUBCOMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A DEBATER E APRESENTAR SUGESTÕES À PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL 8/25, QUE ACABA COM A ESCALA DE TRABALHO 6 X 1 /** Anexo II, Plenário 14, 17h00

**Reunião Deliberativa** - **Tema**: Discussão e aprovação da agenda de trabalhos

## Quarta-feira (03/09)

**CFT - COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO /** Anexo II, Plenário 04, 09h00

**PLP 218/2020** - Institui a Contribuição Social sobre Serviços Digitais incidente sobre a receita bruta de serviços digitais prestados pelas grandes empresas de tecnologia (CSSD), destinada ao financiamento de programas de renda básica. Item nº 5.
Explicação: A CSSD corresponde à arrecadação de receita bruta decorrente da exibição de publicidade em plataforma digital; da disponibilização de uma plataforma digital que permite a interação entre usuários com o objetivo de venda de mercadorias ou de prestação de serviços diretamente entre esses usuários; bem como a transmissão de dados de usuários coletados durante o uso de uma plataforma digital ou gerados por esses usuários. Compreende-se que a contribuição tem caráter de incidência sobre conteúdo publicizado em território nacional.
Autor: Danilo Forte (UNIÃO/CE)
Relator: Merlong Solano (PT/PI)
Parecer: Pela aprovação deste, e do PLP 241/2020, apensado, com substitutivo.

**PL 111/2021** - Altera o artigo 90 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, para aumentar as penas aplicáveis e dá outras providências Item nº 6.
Explicação: aumenta a pena de reclusão para fraude de processo licitatório para 10 anos.
Autor: Alexandre Frota (PROS/SP)
Relator: Kim Kataguiri (UNIÃO/SP)
Parecer: Pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.

**PL 680/2022** - Esta lei determina que quando for caracterizada fraude em licitação e fraude em obra pública, o CNPJ e o CPF dos sócios da empresa ficarão bloqueados e impossibilitados de participar de novas licitações. Item nº 12.
Explicação: inclui no Código Penal dispositivo para que nos casos de fraude em licitação e/ou fraude em obra pública, o CNPJ da empresa e o CPF dos sócios ficarão bloqueados, impedidos de licitar e contratar a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e também serão descredenciados no SIcaf
Autor: Loester Trutis (PL/MS)
Relator: Marcos Tavares (PDT/RJ)
Parecer: Parecer pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária.

**CCTI - COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO /** Anexo II, Plenário 13, 09h30

**Audiência Pública** - **Tema**: Os desafios e oportunidades dos data centers e a instituição de uma Política Nacional para Processamento e Armazenamento Digitais, no âmbito do Projeto de Lei nº 1.680/2025.
Convidados:

- Representante da Casa Civil da Presidência da República;
- Representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC);
- Jorge Arbache, professor de Economia da Universidade de Brasília (UnB);
- Basilio Perez, vice-presidente da Associação Brasileira de Provedores de Internet e Telecomunicações (Abrint);
- Andriei Gutierrez, presidente da Associação Brasileira das Empresas de Software (Abes);
- Luis Tossi, vice-presidente da Associação Brasileira de Data Center (ABDC);
- Luiz Henrique Barbosa da Silva, presidente executivo da Associação Brasileira das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitivas (TelComp); e
- Michael Mohallem, gerente de Relações Governamentais e Políticas Públicas do Google Cloud.

**CE - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO /** Anexo II, Plenário 10, 09h30

**PL 2176/2023** - Altera a Lei n.º 9.394 de 20 de dezembro de 1996 para incluir o ensino profissionalizante e os cursos preparatórios para vestibular como modalidades do ensino integral. Item nº 12.
Autor: Rubens Pereira Júnior (PT/MA)
Relator: Prof. Reginaldo Veras (PV/DF)
Parecer: Pela rejeição.

**PL 2357/2024** - Institui o Programa Juventude Digital como Política Pública Nacional , visando à capacitação de jovens, prioritariamente aqueles provenientes da rede pública de ensino, em competências tecnológicas demandadas pelo mercado de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), com o objetivo de potencializar oportunidades de emprego e renda para esse público. Item nº 23.
Explicação: Institui Programa, com as seguintes diretrizes: (i) oferecer cursos e treinamentos em áreas como programação, desenvolvimento de software, redes de computadores, segurança da informação, análise de dados, entre outras competências relevantes para o mercado de TIC; (ii) priorizar a participação de jovens provenientes de escolas públicas, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade social; (iii) promover a inclusão de jovens de todas as regiões do país, com especial atenção para áreas com menor acesso a oportunidades de formação tecnológica; (iv) estabelecer parcerias com empresas do setor de TIC para garantir a atualização constante dos conteúdos oferecidos e a criação de oportunidades de estágio e emprego para os jovens capacitados; e (v) fomentar a criação de startups e projetos de inovação tecnológica entre os participantes do programa.
Autor: Marcos Tavares (PDT/RJ)
Relator: Duda Ramos (MDB/RR)
Parecer: Pela aprovação, com substitutivo.

**CTRAB - COMISSÃO DE TRABALHO /** Anexo II, Plenário 12, 10h00

**PL 3875/2023** - Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para dispor sobre a proibição de desconto do auxílio-alimentação em períodos de férias, ausência ao trabalho com compensação de jornada ou uso de banco de horas e faltas justificadas. Item nº 14.
Autor: Acácio Favacho (MDB/AP)
Relator: Ricardo Maia (MDB/BA)
Parecer: Pela aprovação.

**PL 2884/2024** - Esta Lei altera o artigo 10-A da Lei nº 5.452 de 01 de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho – CLT), incluído pela Lei nº 13.467, de 2017. Item nº 18.
Autor: Laura Carneiro (PSD/RJ)
Relator: André Figueiredo (PDT/CE)
Parecer: Pela aprovação, com substitutivo.

**CDC - COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR /** Anexo II, Plenário 08, 10h00

**PL 2537/2019** - Obriga o aviso sobre o reconhecimento facial em estabelecimentos comerciais. Item nº 6.
Autor: Juninho do Pneu (UNIÃO/RJ)
Relator: Nilto Tatto (PT/SP)
Parecer: Pela aprovação deste, com substitutivo.

**CCJC - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA /** Anexo II, Plenário 01, 10h00

**PL 5306/2020** - Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que institui os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, e a Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que dispõe sobre as operações com recursos desses Fundos, para incluir as startups nas diretrizes e no rol de beneficiários dos Fundos Constitucionais, conferindo-lhes prioridade no recebimento de linhas de créditos especiais; e dá outras providências. Item nº 1.
Explicação: autoriza o Poder Executivo a instituir linhas de crédito especiais com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, com encargos, prazos e demais condições financeiras próprias, destinadas prioritariamente à criação e ao desenvolvimento de startups.
Autor: Eduardo Braga
Relator: Laura Carneiro (PSD/RJ)
Parecer: Pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, com emenda, do Substitutivo da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (CINDRE), com subemendas, e da Subemenda da Comissão de Finanças e Tributação (CFT).

**CCTI - COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO /** Anexo II, Plenário 13, 11h00

**REQ 43/2025** - Requer o aditamento ao Requerimento nº 31/2025, da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação, para debater “Desafios e oportunidades dos data centers no Brasil e o PL 1.680/2025”. Item nº 1.
Autor: Vitor Lippi (PSDB/SP)

**REQ 44/2025** - Requer, em aditamento ao requerimento REQ 29/2025 - CCTI, a inclusão de convidado em audiência pública. Item nº 2.
Autor: Vitor Lippi (PSDB/SP)

**PL 272/2022** - Cria a Política Nacional de Incentivo à Implantação de Parques Tecnológicos Agregando Centros de Escalonamento Tecnológico (CET). Item nº 3.
Explicação: institui a Política Nacional de Incentivo à Implantação de Parques Tecnológicos Agregando Centros de Escalonamento Tecnológico (CET), com os seguintes eixos: i) Produção de conhecimento; ii) II. Formação para profissionais e empreendedores; iii) Fomento aos empreendimentos; iv) Criação e adequação de marco legal; v) Institucionalização. Estabelece, ainda, que na formulação e execução de tal política os órgãos competentes deverão estabelecer, entre outros, parcerias com entidades públicas e privadas; considerar as reivindicações e sugestões do setor industrial e dos consumidores; e, fomentar a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias de produção que visem à elevação da qualidade dos produtos e serviços.
Autor: Roberto de Lucena (REPUBLICANOS/SP)
Relator: Rui Falcão (PT/SP)
Parecer: Pela aprovação, com substitutivo.

**PL 2901/2024** - Altera a Lei nº 8.387, de 1991, para definir a destinação dos recursos aportados no Fundo Nacional de Ciência e Tecnologia (FNDCT) oriundos do cumprimento da contrapartida de investimento em pesquisa, desenvolvimento e inovação. Item nº 4.
Autor: Capitão Alberto Neto (PL/AM)
Relator: Pedro Uczai (PT/SC)
Parecer: Pela rejeição.

**CMULHER - COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER /** Anexo II, Plenário 14, 13h30

**PL 5756/2023** - Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (aprova a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT), criando o vestiário feminino para empresas acima de 50 (cinquenta) funcionários para resguardar a privacidade e bem-estar das Mulheres. Item nº 6.
Autor: Ely Santos (REPUBLICANOS/SP)
Relator: Erika Hilton (PSOL/SP)
Parecer: Pela aprovação, com Substitutivo.

**SUBAPOST - SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE REGULAÇÃO DE APOSTAS ESPORTIVAS /** Anexo II, Plenário 04, 14h00

**Audiência Pública** - **Tema**: Arrecadação das apostas de quota fixa e financiamento do esporte
Convidados:
- Antônio Hora Filho, presidente da Confederação Brasileira do Desporto Escolar (CBDE);
- Alim Maluf Neto, presidente da Confederação Brasileira do Desporto Universitário (CBDU) (videoconferência);
- Pietro Lorenzoni, diretor jurídico da Associação Nacional de Jogos e Loterias (ANJL);
- Paulo Germano Maciel, presidente do Comitê Brasileiro de Clubes (CBC);
- Jorge Borçato, presidente da Federação Nacional dos Atletas Profissionais de Futebol ((FENAPAF);
- Francisco Carvalheira Neto, coordenador-geral de Regulação da Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda;
- Ricardo Nobre, gerente jurídico do Comitê Olímpico do Brasil (COB);
- Representante do Ministério do Esporte;
- Representante do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB);
- Representante do Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos (CBCP);
- Representante da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda (MF);
- Representante da Confederação Brasileira de Futebol (CBF);
- Representante da Confederação Brasileira de Voleibol (CBV);
- Representante da Confederação Brasileira de Basquetebol; e
- Representante da Confederação Nacional dos Clubes (FENACLUBES).

**CCOM - COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO /** Anexo II, Plenário 11, 14h00

**REQ 56/2025** - Requer a inclusão de nomes abaixo para participar da audiência pública para debater medidas de combate à “adultização” de crianças e adolescentes nas redes sociais, a prevenção da exploração sexual infantil online, bem como mecanismos para aumentar a responsabilidade das plataformas digitais e dos responsáveis legais, com o objetivo de aprimorar a regulação, no requerimento Nº 53/2025 Deputado Tulio Gadelha aprovado por essa comissão. Item nº 1.
Convidados:
- Maria Mello, Coordenadora do programa Criança e Consumo do Instituto Alana; e
- Rafaella Vieira Lins Parca, Coordenadora de Repressão a Crimes Cibernéticos Relacionados ao Abuso Sexual Infantojuvenil da Polícia Federal (PF).

Autor: Jilmar Tatto (PT/SP)

**REQ 58/2025** - Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Comunicação, para debater Governança no PL 2688/2025, que institui o Marco Regulatório do Desenvolvimento e Uso da Inteligência Artificial no Brasil. Item nº 2.
Convidados:
- Markus Anderljung, Diretor de pesquisa em governança da GovAI;
- Renan Araújo, pesquisador Brasileiro em governança de Inteligência Artificial – IAPS;
- Cristina Godoy Bernardo de Oliveira, Universidade de São Paulo;
- Stuart Russell, Pesquisador em segurança de Inteligência Artificial - Universidade de Berkeley; e
- Helen Toner, Diretor de Estratégia e de Subsídios para Pesquisas Fundamentais, Centro de Segurança e Tecnologias Emergentes – CSET.

Autor: Jadyel Alencar (REPUBLICANOS/PI)

**REQ 59/2025** - Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Comunicação, para debate sobre Chatbots e agentes conversacionais de inteligência artificial no contexto do PL 2688/2025, que institui o Marco Regulatório do Desenvolvimento e Uso da Inteligência Artificial no Brasil. Item nº 3.
Convidados:
- Thaciana Cerqueira - Coordenadora Geral de Fomento em Inteligência Artificial Responsável, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos;
- Margaret Mitchell Chief Ethics Scientist na Hugging Face;
- Steven Adler - Ex- funcionário do time técnico da Open AI; e
- Christopher Olah - Lider do time de Interpretabilidade Mecanistica da Anthropic.

Autor: Jadyel Alencar (REPUBLICANOS/PI)

**REQ 60/2025** - Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Comunicação, para debater Métodos de análise de riscos da Inteligência Artificial no Marco Regulatório do Desenvolvimento e Uso da Inteligência Artificial no Brasil no PL 2688/2025, que institui o Marco Regulatório do Desenvolvimento e Uso da Inteligência Artificial no Brasil, estabelece direitos, deveres, princípios, mecanismos de governança, normas de transparência e responsabilidade civil e penal, e dá outras providências. Item nº 4.
- Lucas Sato, pesquisador no METR;

- Charles Prado, Coordenador do Centro de IA do INMETRO;
- Edson Prestes, professor de Robótica na UFRGS;
- Peter Slattery, pesquisador de riscos de IA no MIT;
- Yoshua Bengio, cientista da computação, Universidade de Montreal;
- Caio Vieira Machado - Instituto Future of Life.

Autor: Jadyel Alencar (REPUBLICANOS/PI)

**REQ 61/2025** - Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Comunicação, para debater regimes de responsabilidade civil e penal no PL 2688/2025, que institui o Marco Regulatório do Desenvolvimento e Uso da Inteligência Artificial no Brasil. Item nº 5.
Convidados:

- Caitlin Muholland, professora de Civil do Departamento de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro;
- Mackensie Arnold - Especialista em regulação de IA, regulação em situações de mudança tecnológica;
- Gabriel Weil - Institute for Law & AI;
- David Evan Harris - Senior Policy Advisor, California Initiative for Technology and Democracy Chancellor's Public Scholar, UC Berkeley; e
- André Gualtieri - Eticista em inteligência artificial e advogado, com doutorado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP) e mestrado pela Universidade de São Paulo (USP) em Filosofia do Direito. Consultor em implementação ética e responsável de inteligência artificial.

Autor: Jadyel Alencar (REPUBLICANOS/PI)

**PL 3689/2024** - Dispõe sobre a atividade de influenciador digital. Item nº 6.
Autor: Jorge Goetten (REPUBLICANOS/SC)
Relator: Pastor Diniz (UNIÃO/RR)
Parecer: Pela aprovação, com Substitutivo.

**PL 3752/2024** - Altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990) para incluir a proibição de publicidade de apostas e jogos de azar voltada para menores de 18 anos, prevenir e combater a participação de crianças e adolescentes nessas atividades, regulamentar o acesso de menores a plataformas de apostas e estabelecer medidas de conscientização. Item nº 7.
Explicação: Proíbe, inclusive, a vinculação com jogos eletrônicos
Autor: Helio Lopes (PL/RJ)
Relator: Pastor Diniz (UNIÃO/RR)
Parecer: Pela aprovação deste, com Substitutivo.

**PL 1349/2021** - Altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, para dispor sobre a utilização dos recursos do Fust – Fundo de Universalização das Telecomunicações – em ampliação de infraestrutura de telecomunicações 5G, e dá outras providências. Item nº 18.
Explicação: estabelece que os recursos que as empresas recolheriam ao Fust poderão ser aplicados diretamente nos investimentos de ampliação de sua rede, beneficiando as áreas rurais e urbanas de baixo IDH, contribuindo para a expansão e interiorização mais rápida da internet e telefonia 5G no Brasil.
Autor: Otto Alencar Filho (PSD/BA)
Relator: Luciano Alves (PSD/PR)
Parecer: Pela aprovação deste.

**PL 2766/2024** - Inclui na Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet) a obrigatoriedade de veiculação de mensagem de advertência quanto ao risco para a saúde mental de crianças e adolescentes pelo uso de aplicações de internet que disponibilizem conteúdo gerado por terceiros, inclusive redes sociais. Item nº 21.
Explicação: Determina a responsabilidade do provedor de aplicações de internet que disponibilize conteúdo gerado por terceiros, inclusive redes sociais, na veiculação de mensagem de advertência aos seus usuários – de maneira individualizada, clara, visível e ostensiva – sobre os riscos do uso desses aplicativos, especialmente para crianças e adolescentes.
Autor: Jorge Goetten (REPUBLICANOS/SC)
Relator: Franciane Bayer (REPUBLICANOS/RS)
Parecer: Pela aprovação.

**SUBCOCEN - SUBCOMISSÃO ESPECIAL SOBRE O COMBATE À CENSURA /** Anexo II, Plenário 11, 15h30

**Audiência Pública** - **Tema**: Práticas de monitoramento e controle de conteúdo nas redes sociais por órgãos públicos
Convidado:

- Eduardo Tagliaferro, perito Digital.

**CMULHER - COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER /** Anexo II, Plenário 14, 15h30

**Audiência Pública** - **Tema**: Crimes cometidos contra mulheres por meio da produção, veiculação e circulação de imagens de nudez falsas (*deep nudes*) em ambientes digitais, realizadas por Inteligência Artificial
Convidados:
- Nina da Hora, representante do Instituto da Hora;
- Isabelle Christina, representante da Inteligência Artificial da UNICEF;
- Ramon Costa, assessor técnico do CGI.br;
- Déborah De Mari, representante da Força Meninas;
- Clarice Tavares, representante do InternetLab
- Lílian Cintra De Melo, secretária nacional de Direitos Digitais do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP);
- Ana Mielke, representante do Intervozes;
- Larissa Santiago, representante do Blogueiras Negras;
- Fernanda Rodrigues, representante do Instituto de Referência em Internet e Sociedade (IRIS);
- Raquel Saraiva, representante do Instituto de Pesquisa em Direito e Tecnologia do Recife - IP.rec, entidade integrante da Coalizão de Direitos na Rede; e
- Sofia Schurig, representante do Núcleo Jornalismo

## Quinta-feira (04/09)

**CICS - COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS /** Anexo II, Plenário 05, 14h00

**Audiência Pública** - **Tema**: Atualização de tabela do Sistema Tributário Simples Nacional
Convidados:
- Representante da Federação Gaúcha do Varejo (FAGV);
- Representante da Federação Varejista do Rio Grande do Sul;
- Adriano Beuren, coordenador de Relações Governamentais da Federação do Comércio de Bens e de Serviços do Estado do Rio Grande do Sul (Fecomércio-RS);
- Representante técnico da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (Fecomercio-SP);
- Representante do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis, Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Estado do Rio Grande do Sul (SesconRS);
- Irio Piva, presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Porto Alegre (CDL POA); e
- Oscar Frank, economista-chefe da entidade da Câmara de Dirigentes Lojistas de Porto Alegre (CDL POA).

# SENADO FEDERAL

**PLEN – PLENÁRIO** / Plenário do Senado Federal

**Terça-feira (02/09)**, 14h00

**PLP 125/2022** - Estabelece normas gerais relativas a direitos, garantias e deveres dos contribuintes. Item nº 3.
Explicação: Dentre outros, o texto propõe acerca da extinção do crédito tributário, a sentença arbitral transitada em julgado de maneira favorável ao contribuinte.
Autor: Rodrigo Pacheco (PSD/MG)
Relator: Efraim Filho (UNIÃO/PB)
Parecer: Pela aprovação, com emendas.

**Quinta-feira (04/09)**, 11h00

**PDL 609/2021** - Aprova o texto do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre a República Federativa do Brasil e a República da Índia, assinado em Nova Delhi, em 25 de janeiro de 2020. Item nº 2.
Autor: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional
Relator: Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)
Parecer: Pela aprovação.

## Terça-feira (02/09)

**CSP - COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA /** Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, 11h00

**Audiência Pública 1** - **Tema**: Colher informações sobre a atuação da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional – USAID em território brasileiro.
Convidado:
- Michael Benz, Ex-funcionário do Departamento de Estado dos EUA.

**CTEUA - COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA INTERLOCUÇÃO SOBRE AS RELAÇÕES ECONÔMICAS BILATERAIS COM OS EUA /** Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, 11h30

**Reunião** - **Tema**: Apresentação e apreciação do Plano de Trabalho.

**CCJ - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA /** Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, 14h00

**Audiência Pública** - **Tema**: Destinada a instruir a Proposta de Emenda à Constituição nº 148, de 2015, que "altera o inciso XIII do art. 7º da Constituição Federal, para reduzir a jornada de trabalho semanal".

## Quarta-feira (03/09)

**CTFC - COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR /** Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, 11h00

**PL 2833/2022** - Altera as Leis nºs 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, 9.491, de 9 de setembro de 1997, e 13.303, de 30 de junho de 2016, para acrescentar a previsão de índices de produtividade, metas físicas e financeiras, políticas e práticas de governança corporativa, padrões mínimos de investimento, além de sanções no caso de seu descumprimento, na gestão das empresas públicas, das sociedades de economia mista e de suas subsidiárias, nos contratos de concessão de serviços públicos e nas privatizações. Item nº 2.
Autor: Julio Ventura (PDT/CE)
Relator: Rogério Marinho (PL/RN)
Parecer: Pela aprovação nos termos de substitutivo.

**PL 1316/2023** - Dispõe sobre a implementação de Programa de Integridade em organizações da sociedade civil de interesse público, organizações sociais e demais organizações da sociedade civil definidas no inciso I do art. 2º da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que celebrem contrato, convênio ou instrumentos congêneres com as Administrações Públicas diretas, indiretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e dá outras providências. Item nº 3.
Autor: Plinio Valerio (PSDB/AM)
Relator: Sergio Moro (UNIÃO/PR)
Parecer: Pela aprovação.